

Recensões & Resumos

Uma nova escola

GERALDI, J.W., org. *O Texto na sala de aula: leitura e produção*. 2. ed. Cascavel, ASSOESTE, 1985.

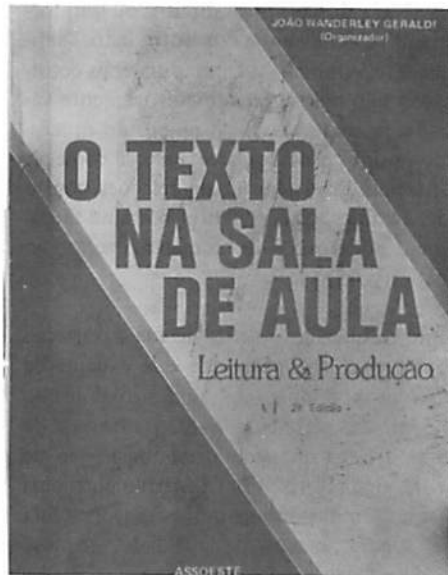
O Texto na sala de aula é uma coletânea de onze artigos, dos quais cinco levam a assinatura do organizador, João Wanderley Geraldi, do Instituto de Estudos Lingüísticos da UNICAMP.

São textos escritos por professores de Português para professores de Português, com o objetivo de convidar à reflexão sobre o trabalho de sala de aula e a um redimensionamento dessas atividades. Felizmente não se trata de mais um livro interessado apenas em denunciar o fracasso do ensino escolar da língua materna, pois acrescenta à reflexão crítica propostas alternativas para a prática de sala de aula e relata experiências de aplicação de algumas das idéias defendidas pelos autores nos textos. Esses relatos não se apresentam como receitas infalíveis de sucesso, mas, ao contrário, como a voz de quem quer partilhar suas inquietações e os caminhos que elas lhe têm apontado.

Importante no livro é a colocação enfática de que a articulação dessas propostas com a prática pedagógica passa por um projeto político, já que "toda e qualquer metodologia de ensino articula uma opção política — que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade — com os mecanismos utilizados em sala de aula" (p. 42).

A partir daí, levanta-se uma questão prévia, relacionada com as diferentes concepções de linguagem e de gramática. Se, por exemplo, *Rev. Est. Língua Port.*, Belo Horizonte, 3:57-61, 1985.

limita-se o termo *língua* a apenas uma das variedades lingüísticas efetivamente usadas pela comunidade — a língua padrão —, o conceito de gramática decorrente será o de um conjunto de regras a serem seguidas, que prescrevem como falar e escrever corretamente. O ensino fundado nessa visão excluirá todas as outras variedades, tidas como errôneas, desviantes. O que há de político nisso? "Quem fala diferente fala errado. E a isso se associa que pensa errado, que não sabe o que quer, etc. Daí a não saber votar, o passo é pequeno" (p. 33).



Uma outra concepção de língua implicará, evidentemente, uma outra prática. Se a linguagem é vista como um lugar de interação humana, um instrumento através do qual o sujeito que fala age sobre o ouvinte, criando compromissos e vínculos, estudar a língua passa a ser, então, "tentar detectar os compromissos que se criam através da fala e as condições que devem ser preenchidas

por um falante para falar da forma que fala em determinada situação concreta de interação” (p. 44). Essa posição não permite que se ignore a realidade de nossas salas de aula, às quais têm direito e acesso indivíduos falantes de variedades lingüísticas diferentes da padrão.

Aí reside o grande problema. Como lidar com esses alunos? Dizer-lhes, pelas notas baixas e a reprovação, que é errada a linguagem de que se servem cotidianamente na convivência com os semelhantes é o mesmo que cassar-lhes a palavra, impor-lhes o silêncio, impingindo-lhes o sentimento de incompetência lingüística, que, somado a um sentimento de inferioridade mais generalizado, vai formar cidadãos submissos, dóceis, sem consciência dos próprios direitos ou sem forças para reivindicá-los. Por outro lado, “simplesmente valorizar as formas dialetais consideradas não cultas, mas lingüisticamente válidas, tomando-as como o objeto do processo do ensino, é desconhecer que, ‘a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder’” (p.45).

Assim, à questão política ligada à variação lingüística o livro responde que é papel da escola proporcionar aos alunos o domínio *também* da variedade padrão, “forma de acesso a bens que, sendo de todos, são de uso de alguns” (p. 124) e instrumento cuja posse é “fundamental e indispensável na luta pela superação das desigualdades sociais” (p. 45).

Buscando responder como atingir esse objetivo, os artigos abordam três pontos básicos do ensino de Português: a redação, a leitura e a análise lingüística. Antes de passar às propostas práticas, uma avaliação do quadro atual: “(...) na escola não se escrevem textos, produzem-se redações. E esta nada mais é do que a simulação do uso da língua escrita. Na escola não se lêem textos, fazem-se

exercícios de interpretação e análise de textos. E isto nada mais é do que simular leituras. Por fim, na escola não se faz análise lingüística, aplicam-se a dados análises pré-existentes. E isto é simular a prática científica da análise lingüística” (p. 78).

Ao distinguir texto de redação, o livro remete à artificialidade da situação escolar, na qual o estudante é obrigado a escrever sem querer, sobre o que não lhe interessa, para quem não lhe agrada, com o objetivo único de provar que sabe escrever como o professor gosta. A redação é o discurso artificial do aluno-função, que apenas reproduz a voz da escola, da ordem estabelecida, mas que garante ao seu produtor a aprovação. O texto é o discurso autêntico do aluno sujeito, mas, apesar de construído sobre uma vivência pessoal, pode não ter reconhecido seu valor enquanto texto e custar a reprovação ao estudante que não se deixou adestrar.

A propósito dessa distorção, um ponto fundamental: a avaliação. Propõe-se uma mudança na atitude do professor frente ao aluno: “dele precisamos nos tornar interlocutores que, respeitando a palavra do parceiro, agimos como reais parceiros – concordando, discordando, acrescentando, questionando, perguntando” (p. 122).

A aula de redação deveria ter continuidade na aula de gramática. Ao invés de se trabalhar com frases forjadas e sem dono (as que se adaptam ao modelo de análise tradicional), propõe-se tomar como objeto de estudo os textos produzidos pelos próprios alunos. Assim, no lugar da metalinguagem vazia, porque aplicada a uma variedade lingüística que o estudante não domina, a análise lingüística de dados reais, feita com um objetivo que faz sentido para o aluno: o estudo e o aperfeiçoamento do seu texto.

No que diz respeito à leitura, a concepção colocada é a de que o ato de ler se realiza na interlocução entre leitor e autor mediada pe-

lo texto. Assim como na natação o diálogo do aprendiz é com a água, e não com o professor, na leitura também o professor deverá postar-se como mera testemunha do diálogo entre o aluno e o texto, colocando a sua leitura apenas como uma das leituras possíveis.

Assim, o que se depreende do contato com *O Texto na sala de aula* é que esse livro aponta coerentemente na direção de uma nova escola, onde professor e aluno interagem como sujeitos, construtores da própria individualidade e, por conseqüência, do mundo que desejam.

Maria da Graça Costa Val
FALE/UFMG

Caminho difícil

PERINI, Mário Alberto. *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo, Ática, 1985.

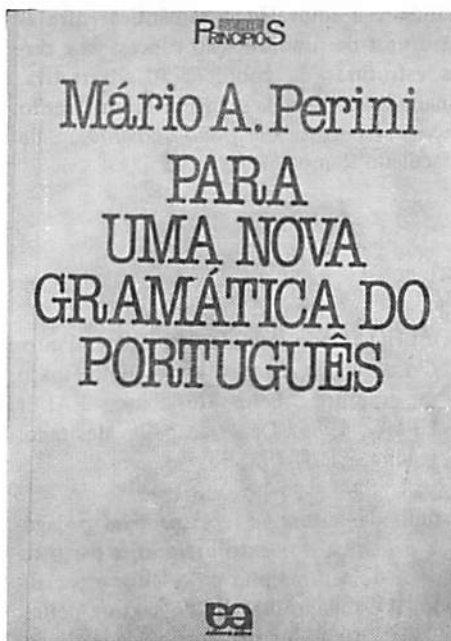
Para uma nova gramática do português, de Mário Alberto Perini, não obstante seu recente lançamento, tem alcançado significativo espaço de discussão e divulgação na imprensa, em todo o território brasileiro. Uma publicação dedicada aos estudos sobre a língua portuguesa, neste momento, em particular, não se pode deixar de reconhecer nessa obra a contribuição do lingüista e educador em prol da renovação do ensino da língua materna.

Em suas páginas iniciais, o autor se faz porta-voz da massa de professores e, por que não, de alunos do idioma nacional, revelando uma angústia que, por ele desafiada, é banida e substituída pelo entusiasmo, pela experiência e coragem, elementos que entram como co-autores da proposta de novas bases teóricas para o ensino de gramática.

Constata-se, com pesar, que o pouco espaço

ocupado por Perini, dada a natureza da publicação, não lhe permite aprofundar as questões nevrálgicas em que esbarra: as funções pedagógico-sociais do ensino da nova gramática, o verdadeiro papel do quadrilátero forma-sentido-classe-função, a gramática e o discurso. São pontos que, embora aparentemente autônomos, merecem ser analisados em conjunto, ainda que isso implique uma complexidade indesejável.

Os escritos incluídos nessa obra são uma prova incontestável da amplitude da tarefa que



está à espera de equipes de trabalho envolvendo algumas categorias diretamente responsáveis pelos rumos do ensino da língua materna. Constituem matéria de interesse obrigatório para pesquisadores, professores, autores de manuais de ensino, planejadores da educação. Tendo vencido a barreira da impossibilidade de se levar adiante uma nova linha de trabalho, o autor abre um caminho reclamado por muitos, porém, como se sabe, difícil de ser trilhado.

Maria Sueli de Oliveira Pires
FALE/UFMG

CASTRO, Léa Maria Frederique de. *A Morfo-sintaxe da concessão no português contemporâneo*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

Esse trabalho é uma tentativa de descrição dos recursos morfo-sintáticos de que a língua portuguesa dispõe para a expressão do pensamento concessivo. Faz-se uma revisão crítica do tratamento dado pelas gramáticas portuguesas à oração subordinada concessiva e ao adjunto adverbial de concessão. Estuda-se a equivalência semântica entre as estruturas de subordinação concessiva e certas estruturas de coordenação adversativa. Finalmente, procede-se a um levantamento desses recursos em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

COELHO, Maria Auxiliadora Gomes Pinto. *O Leitor não-leitor: o texto como espaço de ruptura*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

Estudo da leitura nas perspectivas pedagógica e teórica do texto literário, a partir da palavra do leitor-aluno e do leitor especializado. A validade literária do texto é definida pela ênfase em sua possibilidade de comunicação com o leitor.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de. *E o leitor entende – o papel do conectivo e na compreensão de textos*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

O objetivo dessa dissertação é investigar o

papel dos conectivos, e mais especificamente do conectivo *e*, na compreensão do relacionamento semântico entre sentenças contíguas no texto. Verificou-se que o conectivo funciona como recurso suplementar dos esquemas de informação armazenada pelo leitor na mente. Quando tais esquemas não são suficientes por si sós para possibilitar ao leitor estabelecer relacionamento entre as informações de sentenças contíguas, o conectivo funciona como pista auxiliar para o leitor.

GUIMARÃES, Maria de Nazaré Serra Silva. *Sintaxe das preposições – seu valor na estrutura sintagmática portuguesa*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

Nessa dissertação de Mestrado, foram examinados os termos preposicionados ligados a verbos em português. Foram tomadas a conceituação e as exemplificações encontradas em gramáticas e manuais didáticos mais em uso nas escolas, objetivando mostrar que, na passagem do latim ao português, as preposições, ao assumirem um valor relacional dentro do sintagma, devem ter assumido o valor nocional inerente ao caso latino. Viram-se as preposições em conjunto, enquanto introdutoras de termos adverbiais – adjuntos e complementos – de natureza adverbial ou não. Procurou-se sugerir uma distribuição desse elemento de relação em preposições de objeto indireto, preposições de valor partitivo e semelhantes e preposições de valor adverbial. A dissertação procura fazer um levantamento de questões pertinentes à análise dos termos da oração, numa tentativa de fundamentar essa mesma análise no próprio processo evolutivo da língua. Foram estudadas especificamente as estruturas que a gramática tradicional denomina objeto indireto e adjunto adverbial.

QUEIROZ, Sônia Maria de Melo. *A língua do Negro da Costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

Esse trabalho registra especialmente os fatos que distinguem a Língua do Negro da Costa do português falado como primeira língua pela comunidade da Tabatinga, na periferia de Bom Despacho, Oeste de Minas Gerais. Esses fatos restringem-se quase que exclusivamente ao léxico, em que predominam vocábulos de provável origem africana. Registraram-se também dados sobre a história, as condições de vida e os costumes dos falantes, que explicam a manutenção da Língua do Negro da Costa até nossos dias como língua ritual e a insistência em determinados temas e campos semânticos observada nos diálogos gravados.

SANTOS, Carolina do Socorro Antunes. *Aspectos do linguajar rural da região de Turmalina*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado, inédita.

Esse trabalho teve como objetivo o estudo das variantes [e] - [i] - [ɪ], em sílaba átona inicial; [w] - [h], em final de sílaba interna e de [l] - [r], em grupo consonantal, no linguajar de Turmalina - MG. Para esse estudo, quarenta informantes, de ambos os sexos, distribuídos em quatro faixas etárias, em três graus de escolaridade e divididos em dois grupos, segundo a sua origem rural ou urbana, forneceram um *corpus* de 1688 dados, que foram submetidos a duas análises: uma quantitativa e outra qualitativa. As variantes discriminadas mostraram-se sensíveis a condicionamentos estruturais e não-estruturais e são o resultado da aplicação de três regras variáveis. Além disso podem ser caracterizadas como fonemas em extinção, que são mais frequentes na zona rural, entre os analfabetos e entre os indivíduos mais velhos.